

Desfolhando o calendário

Wilson Figueiredo

Convenhamos: se este ano e meio que o presidente pediu de mãos postas a São Francisco, que o atendeu agora por intermédio dos constituintes, foi suficiente, então governar é realmente mais fácil do que parece. O eleitor vai poder fechar os olhos na hora de escolher o sucessor de Sarney. Qualquer um será bom, e legítimo.

Fica para merecer a explicação dos entendidos apenas o motivo pelo qual o presidente não fez em três anos tudo que ficou apertado em dezoito meses: encabrestar a inflação, domesticar o déficit público, abrir a economia às importações e fazer as honras da casa ao FMI. Sarney recebeu à vista para pagar a prazo. São Francisco não desampara os comerciantes de voto que também acreditaram nele.

Oportunamente será dito que Sarney não fez antes porque o PMDB não deixou. Essa gente que não permitiu a Sarney fazer um bom governo é, no entanto, a mesma que compareceu agora com os votos. Os votos adquiridos a preço de mercado para os cinco teriam custado muito menos antes da alta. E o mandato viria como bonificação.

É hora de fazer as contas. Sarney não vai dispor de 21 meses e meio limpinhos. E não é porque estejam sujos. Os dois meses e meio de 1990 não contam. É quando se deterioraram os serviços palacianos, o cafezinho já não atende ao primeiro pedido, os garçons giram em câmera lenta. É deprimente, pelo lado de dentro, o fim do poder.

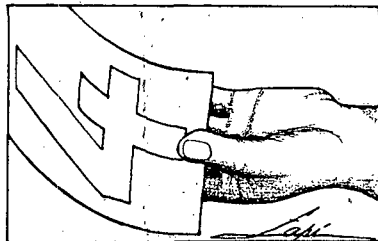
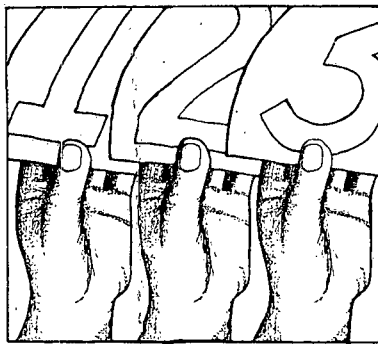
Sobram, a rigor, 19 meses úteis. Este mês de junho, o primeiro da lista, ficará para as comemorações e as hesitações de praxe. Pode-se abater também dezembro de 89 e creditá-lo ao espírito de Natal, que é generoso mas perdulário. Não custa riscar, pelo mesmo motivo, o mês de dezembro deste ano. Em dezembro de 89 haverá o incenso republicano queimado em honra do presidente eleito (sem indireta, pelo voto direto). O ocupante estará queimando óleo 40. Afinal, ele não queria tempo para fazer, mas tempo para gastar.

Novembro pode também ser tranquilamente descontado do calendário útil: sendo a eleição no dia 15, a expectativa da primeira metade e a apuração na segunda — acrescida das primeiras consequências políticas — se encarregarão dele. Sem falar nos fogos de artifício no centenário da República. E sem contabilizar as eleições municipais deste ano.

Somando-se o segundo semestre de 88 e os 10 meses disponíveis de 89, fica para o presidente Sarney — sem descontar as hesitações e os repentinos de otimismo — um período

de 14 meses, para amarrar o déficit público, o garanhão, na praça dos Três Poderes e esterilizar a fogosa inflação.

A sucessão presidencial não dispensará os préstimos de São Francisco como padroeiro da transição. A romaria dos candidatos aos santuários de votos, num país extremamente devoto, dará cabo da segunda metade de 89, deixando para o presidente, líquido e certo, apenas o primeiro semestre. É pouco, tendo em vista tanto a fazer. Mas o ano que vem não virá sozinho: antes de pedir os votos aos eleitores, os candidatos à indicação vão se engalfinhar dentro dos partidos. Governadores, ex-governadores, senadores garantem uma oferta de candidatos proporcional à credibilidade que restar ao PMDB. Os governadores, apertados pela desincompatibilização com seis meses de antecedência, abrirão em janeiro uma questão a ser encerrada



em abril. E assim também se irá o primeiro semestre.

Não conseguirá o presidente Sarney pairar acima da sua especialidade de gerir a lambança para tourear a inflação. Vai faltar tempo e sobrar despesa eleitoral por fora. A mais recente prova de que em política o tempo útil depende do coeficiente individual da competência de cada um — e não do tamanho do mandato — é o prefeito de São Paulo, que, eleito para um mandato de três anos, com apenas dois já conquistou a *pole position* da futura sucessão presidencial. Sarney, com três anos rodados, foi para o boxe. É verdade que poderá oportunamente acusar a eleição indireta pelo que não foi capaz de fazer. Ninguém conseguirá entender — nem ele — por que, tendo tudo para sair, fizesse tanta questão de ficar, e tudo tenha feito para ficar sem outra razão que não a particular. Ficou, e paga com a promessa de concluir a transição democrática. Essa, não.

Ora, bastava que não atrapalhasse. Nada precisava fazer pela transi-

ção, que se faria sozinha, com os seus próprios recursos. Muito ajuda — dizem os gaúchos — quem pouco atrapalha. Se nada fizer pela transição, ela chegará, quando nada, pelo transcurso do tempo. Quando ele sair, estará concluída.

A transição só precisa de eleitores e a legitimidade voltará com o sucessor eleito pelo voto direto. Vem por aí a sucessão, e pelos seus próprios pés. Já se podem ouvir os passos dos candidatos. O problema pessoal do presidente Sarney sempre foi a incógnita de saber como sairia do governo. Nunca chegou a entender como chegou. Resolvido, não, mas encaminhado está. É perfeitamente compreensível a questão psicológica, levando-se em conta o jeito de entrar. Jeitinho. Esgueirando-se entre soluções políticas. A incerteza dos primeiros dias abalou, porém, a personalidade do vice que não contava com aquela. E a incerteza não era apenas quanto à duração do mandato. A ilegitimidade pesa. Concordeu com os quatro anos para ganhar tempo. Exigiu depois cinco como se fosse um direito. Por último, proclamou-se magnânimo por abrir mão de seis que julgava merecidos. Falou atrasado, mas como comandante vitorioso na batalha que evitou a eleição direta em 84. Derrotou a eleição direta e se elegeu pela indireta. Não era do PMDB, e sim presidente do PDS. Um prêmio, afinal.

Não se sentia bem o vice no exercício dos poderes presidenciais. Agora se convenceu de que é presidente e se dispõe a agir como tal. Não o deixava dormir a galeria mal assombrada dos presidentes que saíram antes do prazo. Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart, pela ordem, tiravam-lhe o sono. Sem contar que a situação social brasileira, em ebulição, lhe reservava na insônia os exemplos de Luís XVI, pelo temperamento hesitante, e Alexandre Kerenski, pelas circunstâncias desagregadoras. Transição não tem prazo: arremata, mas não exila fantasmias.

Esses 651 dias a mais para Sarney já são hoje 649. A diferença contra nós, eleitores, será descontada dia a dia. Para quem quer ser sócio remido de um regime democrático, é perfeitamente suportável.

Para ele também não será diferente. Sarney não vai dispor de tantos meses, limpinhos, para dar conta do recado. E não são limpos. Precisar-se-á administrá-los dia a dia. É melhor não contar com ele o tempo todo. Existem sábados e domingos, para ele e para nós.

Será de bom aviso não esquecer a primeira lei de Murphy, já devidamente enriquecida de legislação complementar. Se alguma coisa pode dar errado — e Sarney está bem servido de indícios — não fará cerimônia. Dará errado.